



AS BASES PARA TOMAR DECISÕES: UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

THE BASES TO MAKE DECISIONS: A STUDY ON FINANCIAL EDUCATION IN BRAZIL

Edilaine de Aguiar Martines¹

Mário Henrique Sellis Porteira²

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo orientar e conscientizar sobre a necessidade de uma educação financeira para um consumo consciente. Foi, portanto, propósito da análise responder se a educação financeira que o cidadão brasileiro recebe nas instituições de ensino proporcionam bases para a tomada de decisões, desta forma, entender se durante nosso desenvolvimento somos capacitados a analisar corretamente antes de tomar decisões financeiras. Para a elaboração do trabalho, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa. Concluiu-se que a Educação Financeira quando inserida desde a infância, inicialmente no ambiente familiar e posteriormente em conjunto com o ensino escolar, contribui para um planejamento econômico equilibrado.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Financeira. Consumismo. Planejamento.

ABSTRACT

The present study aims to guide and raise awareness about the need for financial education for conscious consumption. It was therefore the purpose of the analysis to answer if the financial education that the Brazilian citizen receives in the educational institutions provides bases for the decision making, in this way, to understand if during our development we are able to analyze correctly before making financial decisions. For the elaboration of the work, the bibliographical, descriptive and qualitative research was used. It was concluded that Financial Education, inserted from childhood, initially in the

¹Licenciada em Matemática, Fundação Educacional de Penápolis, 2008.

²Especialista, FVG, 2008.



family environment and later in conjunction with school education, contributes to a balanced economic planning.

KEY-WORDS: *Financial education. Consumerism. Planning.*

1 INTRODUÇÃO

Em um mundo de números e variados produtos financeiros como cheque especial, cartão de crédito, financiamentos e leasing, crédito direto ao consumidor, poupança, fundos de investimentos, além do avanço da tecnologia em geral, as pessoas devem estar preparadas para lidar com situações cada vez mais complexas ao desejarem adquirir um bem ou serviço (LUCCI *et al.*, 2014).

O consumo muitas vezes leva a fazer maus negócios e a perdas financeiras. De acordo com Bauman (2007, p.28), “num mundo em que uma novidade tentadora corre atrás de outra numa velocidade de tirar o fôlego, [...] a alegria está toda nas compras, enquanto a aquisição em si, [...] apresenta uma alta probabilidade de frustração, dor e remorso”. (BAUMAN, 2007, p.28).

Este tema de estudo é relativamente comum em países de economia mais desenvolvida, Bernheim, Garret e Maki (1997) afirmam que até o ano de 1985 quase 60% dos estados americanos (29 de 50) já haviam incluído a Educação Financeira como conteúdo obrigatório nas escolas secundárias, com o objetivo de preparar os jovens para a vida adulta. Foi, portanto, propósito da análise responder se a educação financeira influencia nas decisões de consumo.

Partindo deste contexto, o presente estudo teve como objetivo geral valorizar a importância e a necessidade de uma educação financeira no Ensino para o desenvolvimento, capacitação, compreensão e conscientização de cidadãos nas mais diversas situações financeiras possíveis no cotidiano, de forma a decidir com precisão.

Como objetivos específicos foram apresentadas pesquisas bibliográficas para fundamentar teoricamente o tema em estudo, apresentar citações retiradas de artigos científicos indexados objetivando a atualização dos conteúdos da revisão de literatura,



demonstrando como a educação financeira e suas ausências influenciam nas tomadas de decisões. Para a elaboração, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa.

A presente pesquisa não busca esgotar todas as implicações que envolvem o tema, mas contribuir fomentando a discussão, buscando responder: A educação financeira que o cidadão brasileiro recebe nas instituições de ensino proporcionam bases para a tomada de decisões?

O trabalho se justifica em aprofundar conhecimento, beneficiando a sociedade demonstrando que educação financeira contribui não só a quem atua na área financeira, mas também para a preparação básica para o trabalho e construção da autonomia intelectual e do pensamento crítico – o que inclui todos, sem distinção de carreira ou formação.

A pesquisa se divide em cinco seções além desta introdução, a segunda revisão da literatura, a terceira a metodologia da pesquisa, a quarta análise de dados e discussão e por fim as considerações finais e referências.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Em um mundo capitalista a educação financeira deve ser introduzida cada vez mais cedo, muitas vezes por ter uma infância restritiva os pais compensam suas ausências proporcionando as crianças o mínimo de conforto e acesso a consumos e eletrônicos (TV, computador, celular), com isso ocorre uma inversão de valores entre o que é necessário e o que é “luxo”. Na cabeça das crianças, o trabalho que afasta seus pais de seu convívio é o preço a pagar para ter muito dinheiro e poder comprar muitas coisas (CERBASI, 2006).

As crianças são apresentadas a esse mundo capitalista cada vez mais cedo, e, como em tudo na vida, só aprendemos a respeitar quando conhecemos, aprender a valorizar o dinheiro enquanto criança faz-se necessário. Segundo Cerbasi (2011. p. 17), “começar cedo e de forma correta educar os filhos sobre dinheiro, pode diferenciar um milionário de um endividado”.



O modo como manejamos nossa vida financeira foi, em larga escala, construído a partir do que ouvimos; deixamos de ouvir do que vimos ou deixamos de ver nossos pais fazerem ou dizerem a respeito do dinheiro (D'AQUINO, 2008).

A criança aprende a poupar através de cofrinhos de presentes que incentiva a colocar moedas, com isso ela só poderá comprar quando atingir o objetivo de encher o cofrinho. Segundo Domingos (2012), outra maneira são as mesadas, que desenvolve a capacidade de controlar seus próprios gastos e também a necessidade de fazer economia para comprar o que deseja. É importante também que a criança aprenda a registrar sua movimentação financeira, anotando entradas e saídas do dinheiro.

É notório o fato de que, para entender/aprender sobre educação financeira, é preciso aprender a gastar de forma controlada (impor limites), estabelecendo metas, disciplinando investimentos e administrando o que se conquistou (fazer sobrar dinheiro). Diante disso, quando se propõe organizar e controlar com mais carinho a vida financeira, o objetivo principal (independência financeira) seguramente será alcançado de forma mais rápida (CERBASI, 2004, p. 69).

No ambiente escolar A Educação Financeira não deve ser confundida com o ensino de técnicas e macetes de bem administrar o dinheiro, não devendo, também, ser confundida com um manual de regras moralistas fáceis (D'AQUINO, 1999). É papel da escola dar ao aluno condições para se inserir no meio social.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1999, p.251), a compreensão da matemática é essencial para que o cidadão saiba tomar decisões em sua vida profissional e pessoal agindo com equilíbrio frente às relações de consumo. Os PCNs ressaltam a importância da matemática para os jovens, ressaltando que todas as áreas requerem alguma competência em Matemática:

A Matemática no Ensino Médio tem um valor formativo, que ajuda a estruturar o pensamento e o raciocínio dedutivo, porém também desempenha um papel instrumental, pois é uma ferramenta que serve para a vida cotidiana e para muitas tarefas específicas em quase todas as atividades humanas (PCN, 1999, p.251).



A matemática financeira foi introduzida em livros didáticos editados posterior a 1999, que se deu por orientações nos PCNs, 1999. Os conteúdos da matemática financeira abordados são: porcentagem, descontos e acréscimos de juros simples e compostos. Os exercícios propostos são caracterizados por problemas que têm nos enunciados situações que fazem parte da realidade do aluno, como por exemplo, a venda e compra de produtos, percentuais de aumento de salário, empréstimo de valores em bancos e a aplicação de multas por vencimento das prestações.

Os PCNs (1999) e os livros didáticos que trabalham com a matemática financeira, permitem que se pense numa prática pedagógica que vai muito além da aula expositiva ou a resolução de uma lista de exercícios que se orientam pela aplicação e resolução de fórmulas matemáticas, ou seja, propiciando entre alunos e professores a discussão sobre as situações que são apresentadas.

Para abordar a matemática financeira, o professor precisa embasar a sua proposta pedagógica no pressuposto de que todos os saberes relacionados a este tema são formados em discussões coletivas. De acordo com Ponte (1997, p.117), “o saber é construído no decurso da própria atividade matemática, cabendo aos alunos um papel de participação ativa e ao professor um papel de organizador e dinamizador de aprendizagem”.

Os diferentes contextos sociais propõem diferentes formas de tratar a matemática, o que possibilita ao professor estabelecer relações entre os conteúdos tradicionais e os que são alicerçados sobre o senso comum, propiciando um ambiente favorável ao ensino e aprendizagem desta disciplina. Partimos do princípio de que a matemática é elemento importante à conscientização política das massas, pois pode colaborar na “leitura do mundo” e instrumentalizar os alunos de modo que se tornem cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. (FREIRE, 1990).

O MEC publicou um documento, o PCN+ (2002, p. 111), na qual estão representadas algumas competências e habilidades ligadas à educação financeira, tais como reconhecer e utilizar símbolos, códigos e nomenclaturas ao ler embalagens de produtos, compreender o significado de dados apresentados por várias fórmulas.



Compreender a responsabilidade social associada à aquisição e uso do conhecimento matemático, sentindo-se mobilizado para diferentes ações, seja em defesa de seus direitos como consumidor [...]. (PCN+, 2002, p.111)

O uso dos conteúdos da matemática financeira pode ir além das paredes da escola, não envolve apenas o emprego quantitativo e sistemáticos de exercícios, diversos conceitos e procedimentos da matemática são acionados para entendermos holerites (contracheques), calcular ou avaliar aumento e descontos nos salários, aluguéis, mercadorias, transações financeiras, entre outros CARVALHO (1999, p. 61).

Quanto à necessidade de interagir em conteúdos políticos, econômicos e sociais para posicionar-se, argumentar e julgar sobre questões de interesse de todos, como problemas de abastecimento, educação, saúde e lazer, podem ser muitas vezes quantificados e descritos através do instrumento da Matemática PCN+ (2002, p. 116).

Para desenvolver uma prática pedagógica transformadora deve em sala de matemática incorporar elementos que suscitem no pensamento dos alunos: rapidez, criatividade e flexibilidade. Outro aspecto que deve ser levado em consideração são as constantes discussões que devem ser promovidas em relação ao consumo, pois segundo Maia (2000, p. 93) um consumidor precisa ser crítico, estabelecer juízos, tomar decisões, exigir direitos, conhecer seus deveres.

De acordo com John Allen Paulos (1988, p. 78) o ensino matemático financeiro deveria iniciar-se nas escolas primárias estendendo-se ao ensino superior e que em ambos não tem profissionais capacitados ou até mesmo interessados para tal competência.

Não se deve descartar a possibilidade de que há pessoas que tem mais facilidade para desenvolver um cálculo ou um problema matemático. Alguns casos são evidentes, como: o feirante, sem ensino escolar, dá o troco corretamente; o pedreiro com pouco estudo, faz cálculos de material a ser utilizado na construção, trabalha com metragem linear, quadrada e cúbica; a costureira, trabalha com medidas, dimensões e calcula quantidade de material a ser utilizado; o mecânico trabalha com as medidas em polegadas que muitas vezes não são passadas no ensino escolar John Allen Paulos (1988, p. 83 - 84).



Para Nilson José Machado (1987, p. 95) o fato de ter pessoas com essa facilidade faz com que as demais se sintam incapazes de desenvolver o conhecimento, considerando ter indivíduos “eleitos”, com especial talento ou tendências inatas, distanciando cada vez mais entre os que pretensamente “produzem” e os que aparentemente “utilizam” a matemática.

Este pensamento em massa traz constrangimento a indivíduos que ao ir mal a um exame se culpa por não ter tais pendores especiais para compreender Matemática ou mesmo produzi-la. Na afirmação de Nilson José Machado (1987) “isso não passa, em grande medida, de um mito”. No entanto, complementa que “Naturalmente, não se pretende dizer, ingenuamente, que todos podem ou devem produzir Matemática, assim como não se pretende que todos possam produzir Música, por exemplo”.

O comportamento humano é adaptado aos estímulos e alterações no ambiente, suas decisões são influenciadas por experiências, aquilo que aprendeu durante a vida, seja no ambiente familiar ou escolar. A matemática é hoje tanto uma *ciência* como uma *habilidade necessária à sobrevivência* numa sociedade complexa e industrializada. (NUNES, CARRAHER e SCHLIEMANN, 2011)

Vieira (2011), fala que a qualidade das decisões financeiras particulares pode influenciar em toda a economia, e que estão intimamente ligadas a esta questão problemas como: a inadimplência, endividamento familiar e falta de capacidade de planejamento de longo prazo.

Desta forma é possível estabelecer uma relação comparativa entre uma organização e a vida de uma pessoa. Ambas precisam de administração, e a correta tomada de decisões tem como consequência o êxito em seus empreendimentos. Sendo assim, percebe-se a importância da gestão financeira para o indivíduo e a sociedade na qual está inserido (VIEIRA, 2011, p.03).

Segundo pesquisa da Data Popular (2008), o consumo encontra-se ligado a fatores subjetivos, tais como autoestima e *status*. A economia de mercado, liberal e em desenvolvimento no Brasil, é por natureza uma economia do endividamento, mais do que uma economia de poupança. O consumidor gasta todo o seu orçamento familiar no consumo básico e precisa de crédito para adquirir bens de maior valor, móveis e imóveis.



Esse consumismo muitas vezes leva ao endividamento. As consequências vão desde desorganização das contas domésticas até a inclusão do nome em sistemas como SPC/ SERASA (Serviço de Proteção ao Crédito), que prejudicam não só o consumo como, em muitos casos, na carreira profissional (ZERRENNER, 2007, p.04).

Com isso deparam-se com a necessidade de crédito rápido, procuram bancos ou financeiras, não observam ou muitas vezes não tiveram uma orientação financeira adequada, com isso não levam em consideração taxas, valor e quantidade de parcelas, aumentando com isto sua dívida ao invés de saldá-la. “O endividamento bancário ou financeiro é o que predomina mais frequentemente” (MARQUES, LIMA E BERTONCELLO, 2010).

No Brasil, devido a importância da educação financeira para a vida das pessoas de todas as classes sociais, entidades brasileiras disponibilizam programas e ações que estão sendo desenvolvidos em nosso país relacionadas à Educação em Finanças Pessoais:

- a) o Banco Central do Brasil possui o Programa de Educação Financeira (PEF), uma proposta de orientação da sociedade sobre assuntos econômicos;
- b) a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) promove palestras e disponibiliza cartilhas e um site com o propósito de orientar as pessoas sobre investimentos;
- c) a Bolsa de Valores de São Paulo criou o Programa Educacional BOVESPA com o objetivo de discutir a importância da Bolsa de Valores em um país e o funcionamento do mercado de ações;
- d) a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) oferece um curso de pós-graduação voltado para a capacitação de jornalistas na análise dos mercados,
- e) além outras informações e orientações pela imprensa falada e escrita a ainda pelos sites que tratam do assunto.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para atender aos objetivos e responder a questão de pesquisa, o presente trabalho classifica-se como um estudo descritivo, de natureza qualitativa, delineado por pesquisa



bibliográfica, investigando artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais que desenvolveram estudos sobre o tema Educação Financeira.

Segundo Slomski (2009, p. 331), o estudo descrito, observando os aspectos técnicos, pressupõe que a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio e a prática.

Já a pesquisa bibliográfica parte do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Severino (2007, p. 122).

Nesta mesma linha, pensamento, Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 60) aponta que “a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses: “busca-se conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema”.

Em concordância com Cerbasi (2006), D’ Aquino (2008) afirma que o modo como a família lida com o dinheiro, seja para adquiri-lo ou administrá-lo, influenciará no futuro como uma experiência financeira para a criança.

Domingos (2012) ressalta a importância de desenvolver responsabilidade financeira através de mesadas, onde a criança por meio da mesada vai experimentar as situações típicas da vida adulta. Querer comprar alguma coisa e ela custar mais caro do que a sua renda.

Para Freire (1990) a matemática está contida em toda parte, sendo necessário um ensino para preparar o aluno para além da sala de aula. De acordo com John Allen Paulos (1988) o ensino da matemática financeira deveria ser um processo contínuo, desse modo o ensino superior capacitaria e qualificaria o professor que somado ao conhecimento e experiências anteriores, teria mais segurança em abordar o tema e transmitir seu conhecimento.

De acordo com Nilson José Machado (1097), tem pessoas com mais facilidade com matemática, fazendo com que os que têm mais dificuldade não dêem a importância



necessária ao ensino de matemática financeira. As consequências desse desinteresse segundo Zerrenner (2007) podem resultar em futuros inadimplentes.

4 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO

Os trabalhos pesquisados enfatizam a importância da educação financeira em uma sociedade, e que estas premissas nascem já no banco escolar infanto-juvenil. Após a coleta de dados, leitura dos trabalhos, a presente análise resultou em resumo descritivo na Tabela 1. Verifica-se que o comportamento humano é influenciado por fatores culturais, sociais, pessoais e psicológicos. A criança observa o meio em que vive e cria a partir dali suas experiências. Os valores e conceitos financeiros aprendidos na infância contribuirão, e muito, para o sucesso ou fracasso financeiro no futuro.

Tabela 1 – Análise de citações considerando sua relevância.

Autor	Citação	Considerações
Cerbasi, 2006	“Na cabeça das crianças, o trabalho que afasta seus pais de seu convívio é o preço a pagar para ter muito dinheiro e poder comprar muitas coisas”	Nos dias de hoje ocorre uma inversão de valores onde a expectativa é maior no desejo em adquirir e não no produto em si. O consumismo é atrelado com a idéia de que a criança só será aceita na sociedade se adquirir produtos atuais expostos na mídia.
D’ Aquino, 2008	“O modo como manejamos nossa vida financeira foi, em larga escala, construído a partir do que ouvimos; deixamos de ouvir do que vimos ou deixamos de ver nossos pais fazerem ou dizerem a respeito do dinheiro”	Os pais possuem papel fundamental no ensino sobre finanças para os seus filhos. É a partir de bons exemplos vistos todo dia no comportamento dos pais que as crianças aprendem qual o jeito certo e como lidar com certas situações.
Domingos, 2012	“outra maneira são as mesadas, que desenvolve a capacidade de controlar seus próprios gastos e também a necessidade de fazer economia para comprar o que deseja.”	A mesada pode ser interpretada de maneira a prejudicar o conceito de adquirir dinheiro, poderá pensar que tarefas e obrigações só serão feitas com recompensas; que sempre conseguirá dinheiro



		fácil; pode incentivar o consumismo além de desenvolver a cobiça para conseguir mais e mais dinheiro.
Freire, 1990	“a matemática é elemento importante à conscientização política das massas, pois pode colaborar na “leitura do mundo” e instrumentalizar os alunos de modo que se tornem cidadãos conscientes de seus direitos e deveres”	A matemática está contida em tudo, nosso consumo está atrelado a matemática financeira, nossas tarefas diárias são agendadas e distribuídas no tempo de execução, é através da matemática que elegemos nossos representantes, que vão trabalhar com arrecadações e distribuição de recursos financeiros para administrar o Estado.
John Allen Paulos, 1988	“o ensino matemático financeiro deveria iniciar-se nas escolas primárias estendendo-se ao ensino superior e que em ambos não tem profissionais capacitados ou até mesmo interessados para tal competência”	No Brasil, não temos determinações legais sobre qual é o tipo de formação adequada e quem deveria formar os professores para o ensino de Educação Financeira na escola. Tal postura dificulta as informações para o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema e impõe obstáculos às tentativas de analisá-las. Muita vez por não estar preparados professores não se arrisca em abordar o tema em sala de aula.
Nilson Machado, 1987	José “o fato de ter pessoas com essa facilidade faz com que as demais se sintam incapazes de desenvolver o conhecimento, considerando ter indivíduos “eleitos”, com especial talento ou tendências inatas, distanciando cada vez mais entre os que pretensamente “produzem” e os que aparentemente “utilizam” a matemática.	Alunos discalculicos podem experimentar dificuldades para entender conceitos numéricos, carecem de compreensão intuitiva dos números e têm problemas para aprender operações matemáticas. Frequentemente, especialistas descrevem a discalculia como a "prima matemática" da dislexia. Por outro lado, muitos especialistas concordam que, se o assunto for abordado no momento indicado e de forma adequada, é possível obter resultados tão promissores quanto os já registrados com crianças disléxicas.
Zerrenner, 2007	“As consequências	O comportamento



	<p>vão desde desorganização das contas domésticas até a inclusão do nome em sistemas como SPC/ SERASA (Serviço de Proteção ao Crédito), que prejudicam não só o consumo como, em muitos casos, na carreira profissional.”</p>	<p>consumista trouxe uma visão de que gastar para suprir um desejo é sinônimo de bem-estar e prestígio social. Mas as pessoas têm empregado seus rendimentos na realização de sonhos sem um planejamento financeiro prévio. Sem o devido planejamento financeiro, o indivíduo perde a noção de seus limites monetários e acaba gastando mais do que pode pagar, comprometendo sua qualidade de vida.</p>
--	---	--

Nota: Período 1987-2012 – Educação financeira familiar e escolar, relação com o consumismo.

A sociedade acabou transformando as pessoas em assíduos consumidores, em uma sociedade que o consumo dita as regras, quem não consome está destinado a não pertencer a ela. Esse *Consumismo* refere-se a um modo de vida orientado por uma crescente propensão ao consumo de bens ou serviços, em geral supérfluos, em razão do seu significado simbólico (prazer, sucesso, felicidade), frequentemente atribuído pelos meios de comunicação de massa.

A Educação Financeira é um processo que contribui de modo consistente e irreversível, para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o desempenho das finanças pessoais no presente e no futuro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática da Educação Financeira é fundamental para moldarmos um novo ambiente social justo e saudável. A população de um país precisa entender o conjunto de regras, adquirindo domínio e independência. Pode-se anexar a educação financeira dentro de uma alfabetização do indivíduo, que sem ela, poderá perecer na sociedade.

O presente trabalho buscou resgatar na literatura e pesquisas publicadas o estado da arte sobre este tema e com isso, responder à questão problema de pesquisa. Nestes levantamentos, observa-se nos relatos que a educação financeira que o cidadão brasileiro recebe nas instituições de ensino ainda não proporcionam bases para a tomada de decisões,



sendo necessário a implementação planejada na grade curricular de ensino, desde a infância. Este seria um divisor de águas para uma sociedade consciente quanto a administração financeira.

Por outro lado, além do compromisso da escola, a educação financeira tem como início o próprio contexto familiar, que contribui para a formação da criança e do jovem. As pesquisas revelam ainda que tanto as famílias, quanto a escola muitas vezes não tem estrutura para lidar com tal assunto.

A matemática financeira pode auxiliar no processo de construção da cidadania, pois além de facilitar a integração do homem ao meio social, pode orientar às pessoas a lidarem melhor com o dinheiro, propiciando um maior controle dos gastos, permitindo que questione qualquer forma de dominação econômica, elementos importantes no processo de conscientização popular. Criando assim, uma cultura que influencie positivamente, apoie na racionalização do consumo, na otimização dos investimentos e na valorização de práticas sustentáveis.

O presente estudo buscou contribuir com o aprimoramento sobre a pesquisa em educação financeira em instituições de ensino no Brasil, diante de sua relevância social, apontando evidências das necessidades de melhorias no ensino da educação financeira desde a infância, reconhecendo que o assunto propicia oportunidade para novas pesquisas, fomentando a reflexão e ampliação dos estudos sobre o tema.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Cássia de. **E o que é Educação Financeira.** <http://www.educfinanceira.com.br/conteudo>. Acesso em 28 de novembro de 2009. BRASIL. Secretaria de Ensino fundamental – Parâmetros curriculares nacionais. Matemática. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BERNHEIM, D.B.; GARRET, D. M.; MAKI, D. M. **Education and saving: the long term effects of high school financial curriculum mandates.** National Bureau of



Economic Research, Cambridge, n. 6085, jul./1997. Disponível em: Acesso em 01 outubro 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

BRASIL, Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **PCN+: Ensino Médio-orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 2002.

CARRAHER, T., CARRAHER, D., SCHLIEMANN, A., (1989). **Na vida dez, na escola zero**. 10ª edição. São Paulo: Cortez, 1995.

CARVALHO, V. **Educação Matemática: Matemática e Educação para o Consumo**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP-FE, Campinas, 1999.

CERBASI, Gustavo. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. 177 ed. São Paulo: Editora Gente, 2004.

_____. **Filhos inteligentes enriquecem sozinhos: Como preparar seus filhos para lidar com o dinheiro**. São Paulo: Editora Gente, 2006.

_____. **Pais inteligentes enriquecem seus filhos**. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

Cervo, A. L.; Bervian, P. A. & Silva, R. (2007). **Fases da pesquisa**. O conhecimento científico. In: Cervo, A. L.; Bervian, P. A. & Silva, R. Metodologia Científica. 6 ed. São Paulo: Prentice Hall. p. 73 – 89.

D'AQUINO, Cássia de. **Educação financeira. Como educar seus filhos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DATA POPULAR. **A Educação Financeira no Brasil: relatório quali-quantitativo**. 2008.

DOMINGOS, R. **Terapia Financeira: A Educação Financeira como método para realizar seus sonhos**. São Paulo: DSOP, 2012.

FREIRE Paulo & MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LUCCI, C. R.; ZERRENNER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; SANTOS, S. C. dos. **A influência da I Seminário Científico da FACIG – 29, 30 e 31 de Outubro de 2015 educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos, XVII SemeAd Seminários em Administração, FEA – USP, Out. 2014**. Disponível em:<



http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhospdf/266.pdf
Acesso em: 09. maio. 2015.

MACHADO, M. M., (1999). **Política educacional para jovens e adultos: lições da história**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação (mimeo).

MAIA, Eny. **A reforma do Ensino Médio em questão**. São Paulo: Ed. Biruta. 2000.

MARQUES, Cláudia Lima. **Consumo como igualdade e inclusão social: a necessidade de uma lei especial para prevenir e tratar o “superendividamento” dos consumidores pessoas físicas**. Revista Jurídica da Presidência. Brasília, v. 13, n. 101. out. 2011/jan. 2012, p. 408.

_____; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. **Direitos do consumidor endividado: superendividamento e crédito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

_____; LIMA, Clarissa Costa de; BERTONCELLO, Karen Rick Danilevicz. **Anteprojeto de Lei sobre a prevenção e o tratamento das situações de superendividamento de consumidores pessoas físicas de boa-fé [2005]**. Disponível em: Acesso em: 10 de out. 2014.

PAULOS, John A. **Analfabetismo em matemática e suas conseqüências**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

PONTE, J. P. **Didática da Matemática – A dinâmica da sala de aula**. Lisboa: Ministério da Educação, 1997. _____. Investigar a nossa própria prática. In Refletir e Investigar sobre a própria prática profissional. Grupo de Trabalho sobre a Investigação. Associação de Professores de Matemática. Portugal, 2002.

Severino, A. J. (2007). **Metodologia do trabalho científico**. (23. ed.) São Paulo: Cortez.

Slomski, V. G. (2017). **A metodologia da pesquisa científica em contabilidade: limites e possibilidades**. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, São Paulo, v. 11, n. 33, p. 330-332,

VIEIRA, S. F. A.; BATAGLIA, R. T. M.; SEREIA, V. J. **Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do Norte do Paraná**. *Revista de Administração da Unimep*, v. 9, n. 3, p. 61-86, 2011.



ZERRENNER, S. A. **Estudo sobre as Razões para o Endividamento da População de Baixa Renda.** 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.